



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Ireneu Orth

EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024
(à MPV 1227/2024)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 6º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

Parágrafo único. As revogações não alcançam o direito de empresas produtoras e exportadoras de mercadorias nacionais ao crédito presumido do PIS e da Cofins, compensáveis com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.227, prevê “condições para fruição de benefícios fiscais, (...)” limitando “a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela” Receita Federal do Brasil (RFB), com a revogação de “hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos” para o PIS e a COFINS.

E tal normatização, dá-se sob o fundamento da necessidade de o Poder Executivo adotar “medidas compensatórias diante da desoneração da folha de empresas e municípios”.

Não obstante os indícios preliminares meritórios da referida Medida Provisória, defendemos a necessidade de modificação dos artigos 5º e 6º à aludida normativa.

Explicamos.



De início, sustentamos despidiend a adoção de medida de urgência adotada para imposições legais que se buscam firmar nas hipóteses restritivas e extintivas de aproveitamento de créditos e ressarcimento que se impõem no artigo que deve ser suprimido.

Mas, dado o propósito governamental de restringir e até extinguir – em algumas hipóteses e para determinados setores – a possibilidade de aproveitamento e ressarcimento de créditos da PIS e do COFINS, necessário se faz manter a possibilidade de se autorizar a fruição desses créditos originários das operações de exportação.

Observando-se, aqui, que o tema da possibilidade cruzada de créditos e do ressarcimento do crédito presumido de PIS e COFINS nunca foi matéria de fácil resolução na relação Fisco-Contribuinte, que fica ainda mais abalada a partir da edição dessa Medida Provisória; pois a dificuldade em se obter o reconhecimento dos direito aos créditos pelos contribuintes e, sua consequente devolução, é tema que abarrot a Poder Judiciário e o Tribunal Administrativo, com soluções que demoram décadas a serem definidas.

Daí, nobres pares, para que se minimizem os impactos deletérios para a cadeia produtiva e exportadora nacional, cujos fluxos de caixa serão negativamente impactados na ordem de bilhões de reais, o que, por certo, refletirá na industrialização, exportação, empregabilidade e sustentabilidade gerada a partir da produção de biodiesel.

Temos, então, em nossas mãos, o poder de evitar nova enxurrada de ações judiciais, a manutenção da compensação dos créditos do PIS e da COFINS, pelos produtores e exportadores, para com os tributos administrados pela RFB. Assegurada a confirmação de não revogação dessa hipótese de creditamento.

Assim, diante desse gravoso cenário, rogamos o apoio de nossos pares para aprovação da presente Emenda.



Sala da comissão, 11 de junho de 2024.

Senador Ireneu Orth
(PP - RS)

